



Comunicado de Imprensa nº 17/389
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
5 de outubro de 2017

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Corpo Técnico do FMI conclui Missão Combinada das Terceira e Quarta Avaliações a São Tomé e Príncipe

Os comunicados de imprensa no fim das missões incluem declarações das equipas do FMI que divulgam conclusões preliminares após uma visita a um país. As perspetivas expressas na presente declaração são inteiramente e exclusivamente do pessoal do FMI e não representam necessariamente as perspetivas do seu Conselho Executivo. Com base nas conclusões preliminares desta missão será elaborado um relatório pelo corpo técnico que, sujeito à aprovação da administração, será apresentado ao Conselho Executivo do FMI para discussão e decisão.

- A atividade económica manteve-se robusta, prevendo-se que o crescimento real do PIB se cifre nos 4% em 2017 e acelere gradualmente para 6% no médio prazo.
- Após um ano de 2016 difícil, o desempenho do programa melhorou e o défice primário interno em junho de 2017 estava em linha com o programa. Contudo, será necessário um rigoroso controlo das despesas à luz de receitas fiscais menos favoráveis do que o projetado.
- A missão e as autoridades discutiram os desafios e riscos associados ao desempenho macroeconómico para o que resta de 2017 e mais além, e chegaram a acordo sobre a maioria das questões-chave de política para a conclusão da terceira e quarta avaliação do programa da ECF.

Uma equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada por Xiangming Li visitou São Tomé de 20 de setembro a 5 de outubro de 2017, para discutir o progresso do programa económico de três anos apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês).¹

Na conclusão da missão, Xiangming Li emitiu a seguinte declaração:

¹ A ECF é um acordo de crédito que garante um compromisso sustentado do programa de médio a longo prazo no caso de se verificarem problemas na balança de pagamentos. O acordo para São Tomé e Príncipe no valor de 4,4 milhões DSE (cerca de 6,2 milhões USD ou 60 por cento da quota) foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI a 13 de julho de 2015 (consultar Comunicado de Imprensa Nº. 15/336).

“As discussões durante a missão centraram-se nos recentes desenvolvimentos económicos, no desempenho ao abrigo do programa apoiado pela ECF, nos desafios a curto prazo e nas políticas para 2017/18 e mais além. A missão chegou a acordo na maioria das principais questões de política económica para a conclusão da terceira e quarta avaliação do programa da ECF. O crescimento económico manteve-se estável, prevendo-se que o crescimento real do PIB se cifre nos 4% em 2017. Entretanto, a inflação atingiu 6,5% em termos homólogos no final de agosto de 2017, impulsionada sobretudo pelo aumento dos preços dos produtos produzidos localmente como consequência de uma maior precipitação do que é habitual. Em grande medida, as perspetivas a médio prazo são positivas e as projeções apontam para um crescimento real do PIB na ordem dos 6% assente na atividade robusta nos setores da construção, agricultura e turismo.

O desempenho do programa durante o primeiro semestre de 2017 foi, de uma forma geral, positivo. Após ter falhado as metas fiscais para o final de 2016, o Governo adotou medidas corretivas no orçamento rectificativo para 2017, por forma a colocar a trajetória fiscal no bom caminho. Foram cumpridas as metas para o final de junho de 2017 em termos de défice primário interno, reservas internacionais líquidas e financiamento bancário líquido. Está em curso a implementação de reformas estruturais ao abrigo do programa apoiado pela ECF, mas o ritmo tem sido lento devido, sobretudo, a limitações em termos de capacidade e atrasos na assistência técnica.

O Governo depara-se com pressões fiscais muito fortes. As receitas, no final de agosto de 2017, ficaram aquém das expectativas devido a uma quebra das receitas de IRC e impostos sobre as importações. Para o que resta de 2017, é necessário reforçar o cumprimento fiscal, especialmente por parte dos grandes contribuintes e das empresas públicas, e é preciso continuar a monitorizar cuidadosamente as perspetivas em termos de receitas e apoio orçamental para ajudar a satisfazer as despesas com os recursos disponíveis. Dado que as receitas internas continuam a diminuir, o apoio orçamental externo está em queda e o nível da dívida mantém-se elevado, o orçamento de 2018 tem de visar uma maior consolidação, por forma a garantir a existência de recursos adequados para financiar os setores prioritários, designadamente a saúde e a educação. A missão chegou a acordo sobre os principais parâmetros do orçamento de 2018 que podem equilibrar as necessidades macroeconómicas e sociais, o que demonstra o grande empenhamento do Governo no programa.

O programa fiscal do Governo também dá prioridade à regularização dos atrasados do Estado a fornecedores e procura colocar no bom caminho até 2019 o plano de regularização de atrasados elaborado em 2015. Neste âmbito, a implementação de um plano de reforma para garantir a viabilidade financeira da EMAE será um passo importante para reduzir o risco fiscal colocado por esta empresa pública.

Foi retomada a resolução do Banco Equador após o fim da greve judicial em julho e o liquidatário nomeado pelo tribunal iniciou funções em setembro. Entre um pacote de

reformas monetárias, o Banco Central anunciou planos para proceder à redenominação da moeda (1 dobra nova será equivalente a 1000 dobras das antigas), a partir de 1 janeiro de 2018.

Durante a sua visita, a missão reuniu-se com o Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada; o Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul, Américo Ramos; o Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Urbino Botelho; a Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Ilza Vaz; o Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Hélio Almeida; o Presidente da Região Autónoma do Príncipe, José Cassandra; outros quadros superiores do Governo; representantes do setor privado, incluindo bancos e a Câmara do Comércio; e os parceiros do desenvolvimento.

A equipa da missão expressa o seu profundo apreço pela cooperação e o diálogo político das autoridades e das equipas técnicas. A equipa da missão aguarda com expectativa um diálogo ativo e continuado com o objetivo de manter a estabilidade macroeconómica e de alcançar um crescimento inclusivo em São Tomé e Príncipe.”